



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/20____

CONTRATADA:

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, sociedade de economia mista, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro, na cidade de Boa Vista, Roraima, CEP 69.306-610, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 05.939.467/0001-15, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **JAMES DA SILVA SERRADO**, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, **MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, em _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nome e função na empresa), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**, na forma, **PRESENCIAL, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, sob o nº ____/20____, **mediante** as cláusulas e condições a seguir anunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO DE CARIMBOS, CONFEÇÃO DE CÓPIA SIMPLES DE CHAVES E REPAROS EM FECHADURAS DE PORTAS, À SEREM EXECUTADOS NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS DA SEDE DA CAER**, nas condições estabelecidas no Edital.

1.2. O objeto da Contratação:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Serviço de gravação de carimbos, com refil confeccionado em borracha de fotopolímero com base e cabo em madeira, tamanho pequeno, considerando os carimbos de 01 (uma) a 02 (duas) linhas. Incluso todo material necessário para montagem do carimbo;	180		
02	Serviço de gravação de carimbos, com refil confeccionado em borracha de fotoplímero, com base e cabo em madeira, tamanho médio, considerando os carimbos que contenham de 03 (três) a 04 (quatro) linhas. Incluso todo material necessário para montagem do carimbo;	40		
03	Serviço de gravação de carimbos, com refil confeccionado em borracha de fotopolímero, com base e cabo em madeira, tamanho grande, considerando os carimbos que contenham acima de 05 (cinco) linhas. Incluso todo material necessário para montagem do carimbo;	40		
04	Serviço de gravação de carimbos automáticos, com refil confeccionado em borracha de fotoplímero, com base em acrílico, tamanho médio, considerando os carimbos que contenham de 03 (três) a 04 (quatro) linhas. Incluso todo material necessário para montagem do carimbo;	60		
05	Serviço de troca de cilindros de fechadura para porta;	30		
06	Serviço de troca de cilindros de fechaduras para gaveta;	30		
07	Serviço de troca de cilindros de fechaduras para porta de armário;	30		
08	Serviço de confecção de cópia de chave simples (para fechadura de porta, armário, arquivo, gaveta e mesas em geral;	180		



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

09	Serviço de troca de fechadura inox para portas.	60		
10	Serviço de abertura de porta, gaveta de armário, cadeado, arquivo e gavetas de mesa em geral;	30		
11	Serviço de confecção de chave comum na peça (fechaduras em geral).	30		

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital de licitação, a Adjudicação e a Homologação da contratação;
- 1.3.3. A Proposta da Contratada;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (meses), contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

3.1. Os prazos do contrato poderão ser prorrogados, observando-se os artigos 201 e 202 do RILC.

CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da Companhia, por gestor e fiscal nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação.

4.2. A fim de estabelecer comunicação a respeito da execução do contrato, a CONTRATADA, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta da Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

4.3. O gestor e o fiscal realizarão relatórios durante toda a execução do contrato, incluindo

fotográficos, caso solicitado, para atestar a execução dos serviços realizados pela contratada dentro das condições contratuais estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA, não se admitindo recusa em decorrência de sobrecarga na sua capacidade.

5.2. Os serviços serão solicitados mediante ordem de serviço, assinado pelo chefe da Divisão de Serviços Gerais - DSG/CAER, ou por servidor formalmente designado, discriminando a modalidade dos serviços a serem executados.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1. Para os serviços de carimbo, a Contratada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a entrega dos materiais ora mencionados, contados a partir do recebimento da solicitação da DSG/CAER.

6.2. Para os serviços de chaveiro, a Contratada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para execução dos serviços/entrega de chaves, de 2 (duas) horas em casos de urgência e atendimento imediato no caso de chamado por motivo de funcionários trancados, sempre contados a partir do recebimento da solicitação da DSG/CAER.

CLÁUSULA SÉTIMA - LOCAL DE EXECUÇÃO

7.1. Os serviços de chaveiros serão executados na sede da CAER, no Município de Boa Vista-RR, situado a Rua Melvin Jones, 219 – São Pedro, local onde também deverão ser entregues os carimbos e chaves, no horário de 8h às 13h, de segunda a sexta, exceto feriados.

7.2. A Contratada deverá pegar/executar o material/serviço e entregá-lo no endereço mencionado no subitem 7.1.

CLÁUSULA OITAVA - RECEBIMENTOS DOS SERVIÇOS

8.1. O recebimento provisório dos serviços se dará na data da entrega dos mesmos, ou seja, dentro dos prazos estabelecidos no CLÁUSULA SEXTA, contados para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos, com as especificações constantes no instrumento contratual e na proposta vencedora;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

8.2. O recebimento definitivo dos serviços será finalizado em até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório mencionado no subitem 8.1, após a avaliação de conformidade dos mesmos com o instrumento contratual e proposta vencedora;

8.3. Não serão aceitos na entrega dos serviços que eles sejam diferentes daquelas constantes instrumento contratual e proposta vencedora. Caso os serviços sejam entregues em desacordo com o estabelecido, serão os mesmos imediatamente devolvidos, obrigando-se a contratada a refazê-los nos mesmos prazos estabelecidos na CLÁUSULA QUINTA, a contar da notificação a contratada, sem quaisquer ônus a contratante;

8.4. Caso o prazo definido no subitem 8.3 não seja observado, os serviços não deverão ser considerados como entregues, sendo aplicadas às penalidades previstas neste instrumento contratual.

8.5. Todo material deverá ser novo, de primeiro uso, e ter embalagem lacrada, a fim de permitir completa segurança durante o transporte, além disso, devem estar em perfeita condição quando da recepção pelo Contratante e identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal.

8.6. O material será recebido pela Divisão de Serviços Gerais - DSG/CAER para verificação da conformidade das especificações e quantidades.

CLÁUSULA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1. Não há a necessidade de promover transição contratual para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PREÇO

11.1. O valor da contratação é de _____ (_____),

11.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

11.1.2. Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas e custos diretos e indiretos

omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos no valor, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o serviço ser entregue sem ônus adicionais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

12.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada;

12.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do produto;

12.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTAMENTO DOS CONTRATOS

13.1. Os valores inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em ____/____/____.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os valores iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REVISÃO CONTRATUAL

14.1. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do valor do contrato pode se dar a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que presentes os seguintes requisitos:

- I** – comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;
- II** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;
- III** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa do Contratado;
- IV** – o efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do Contratado e a retribuição devida pelo Contratante;
- V** – restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos do Contratado que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;
- VI** – o efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Proporcionar todas as condições para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas neste instrumento contratual e em sua proposta.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 15.2.** Receber o objeto do contrato através do Setor responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização.
- 15.3.** Notificar a contratada, quando for o caso, sobre a aplicação de eventuais sanções previstas em Contrato.
- 15.4.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, tais como, eventuais imperfeições durante sua execução, afixando prazo de 05 (cinco) dias corridos para sua correção.
- 15.5.** Fornecer à Contratada todas as informações, modelos e esclarecimentos necessárias à execução do serviço.
- 15.6.** Proceder ao rigoroso controle de qualidade dos serviços.
- 15.7.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 15.8.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no material fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 15.9.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 15.10.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do material, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 15.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1.** Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil, penal e administrativa pela execução dos serviços por qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causados, voluntária ou involuntariamente, por seus empregados e prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, sem alteração do prazo estipulado para a execução do objeto, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos ao contratante ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários

advocáticos.

16.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Instrumento Contratual, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

16.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

16.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste instrumento contratual, o objeto com avarias ou defeitos.

16.5. Comunicar à Contratante, em um prazo razoável que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

16.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

16.8. É vedada a transferência dos serviços a terceiros.

16.9. Anexar à Nota Fiscal, cópia das requisições devidamente carimbadas com os respectivos carimbos solicitados, de forma a comprovar a confecção dos mesmos.

16.10. Responsabilizar-se pelos materiais, mão de obra e equipamentos utilizados na execução dos serviços (carimbos, cópia de chaves, troca de cilindros de portas e outros).

16.11. Arcar com todas as despesas decorrentes no deslocamento até o local da execução dos serviços, bem como da devolução dos mesmos.

16.12. Prestar os serviços em local adequado, com toda a infraestrutura necessária ao bom andamento e qualidade dos serviços.

16.13. Assumir a inteira responsabilidade por todos os encargos previdenciários e fiscais além das obrigações sociais e trabalhistas em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

17.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

17.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

17.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GARANTIA DOS SERVIÇOS

18.1. O prazo de garantia dos serviços, será de, no mínimo, 90 (noventas) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

18.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SANÇÕES

19.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

19.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

19.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

19.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

19.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

19.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

19.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – nas licitações em geral:

- a)** em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- b)** pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;
- c)** por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- d)** no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- e)** no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;
- f)** no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

19.8. Ocorrendo infração contratual apenada apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

19.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado,



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

19.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

19.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

19.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

19.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

19.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

19.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

19.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

19.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

19.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

19.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

20.1. A extinção dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto nos artigos 247 a 249 do RILC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

21.1. O encaminhamento de ofícios e documentos pela CONTRATADA deverá ser efetuado através do Protocolo Geral da CAER.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FONTE E RECURSOS

22.1. A execução do objeto deste Contrato, correrá à conta do recursos financeiros próprios da CAER, sob: 43010.17122010.001.025/399/001

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS

23.1. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Federal nº 10.406/2002, Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC e o Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

24.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC.

24.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

24.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante.

24.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

25.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORO

26.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nomeadas, que também assinam, dando-lhe, para efeitos legais.

Boa Vista - RR, _____ de _____ de 2024

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente

MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA

Diretora Administrativo Financeiro

PELA CONTRATADA:

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF : _____

2. _____ CPF : _____

15 de 15

Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER

Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro - Boa Vista - Roraima – CEP: 69.306-610

SITE: www.caer.com.br